



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA

PORTARIA CMA N.º 26, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Regulamenta a realização de oitiva de indiciado e de testemunhas por videoconferência no âmbito da Administração Pública Municipal.

O COORDENADOR MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TAQUARITUBA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, razoável duração do processo, contraditório e ampla defesa, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicada de forma subsidiária e por analogia aos procedimentos administrativos municipais, especialmente quanto às normas gerais do processo administrativo disciplinar;

CONSIDERANDO que a utilização de meios tecnológicos é compatível com a finalidade do processo administrativo, não implicando prejuízo às garantias das partes e dos demais participantes do feito;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da instrução processual nos casos em que o indiciado ou a testemunha se encontrem impossibilitados de comparecer presencialmente ou estejam fora do território nacional;

R E S O L V E:

Artigo 1.º Fica autorizada a realização de oitiva de indiciado e de testemunhas por videoconferência nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Administração Pública Municipal, quando houver impossibilidade de comparecimento presencial devidamente justificada ou quando o participante estiver fora do país.

Artigo 2.º A oitiva por videoconferência observará, no que couber, as disposições da Lei nº 8.112/1990, aplicadas de forma subsidiária, bem como os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Artigo 3.º A impossibilidade de comparecimento presencial deverá ser comprovada nos autos mediante justificativa formal apresentada pelo indiciado ou pela testemunha, ou reconhecida pela autoridade processante.

Artigo 4.º A oitiva realizada por videoconferência deverá assegurar:

- I** – a identificação inequívoca do indiciado ou da testemunha;
- II** – a plena comunicação entre os participantes do ato;
- III** – no caso do indiciado, o acompanhamento por defensor ou procurador legalmente constituído, se houver;
- IV** – o registro em termo/ata de todas as ocorrências relevantes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA

Artigo 5.º A sessão poderá ser gravada, mediante ciência prévia do participante, devendo o arquivo digital integrar os autos do processo.

Artigo 6.º A recusa injustificada do indiciado ou da testemunha em participar da oitiva por videoconferência será certificada nos autos, para fins de adoção das providências cabíveis e prosseguimento regular do feito, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 7.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P.M. de Taquarituba, em 05 de fevereiro de 2026.

FILIPPE LEME TOYONAGA
Coordenador Municipal de Administração

Registrada e Publicada na Secretaria da P.M., data supra.
LUCÉLIA APARECIDA VIEIRA DE MORAES
Secretária Administrativa



MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA

AVENIDA MARIO COVAS, Nº 1951 - NOVO CENTRO - CNPJ: 46.634.218/0001-07

TAQUARITUBA/SP - CEP 18.740-000

FONE: 1437629666



CÓDIGO DE ACESSO

A9D1B4EB47F841BE9AAC5215D147B6BA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://taquarituba.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9D1B4EB47F841BE9AAC5215D147B6BA>